

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Assentados inauguram Centro de Comércio da Agricultura Familiar entre João Pessoa e Campina Grande – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2014.....	4
Congresso promulga emenda do trabalho escravo. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2014.....	5
Criada a Articulação Nacional de Quilombos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/06/2014.....	7
Projeto oferece 23 roteiros para incentivar turismo rural no país. LiviaScatena – Folha de São Paulo, Turismo. 12/06/2014	8
Funai diz que não houve violência em ocupação na Vale. André Magnabosco e Clarissa Thomé – O Estado de São Paulo, Economia. 15/06/2014.....	9
Dilma cumprimenta Santos por sua 'espetacular vitória' na Colômbia. Reuters – O Estado de São Paulo, Geral. 16/06/2014	9
Relatório aponta graves violações de direitos indígenas no Mato Grosso do Sul – Site do MST. 17/06/2014	10
Biologia sintética chega às prateleiras. Stephanie Strom – Folha de São Paulo, Ciência. 17/06/2014.....	11
Norma estabelece diretrizes de registro de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 18/06/2014.....	12
Em dia de jogo da Colômbia, Dilma recebe presidente Juan Manuel Santos. Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Poder. 19/06/2014	12
39 anos da CPT - Defensora incondicional da Vida e dos Camponeses e Camponesas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2014	13
Lideranças do povo Kaingang são libertadas no RS depois de decisão liminar do STJ – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/06/2014.....	15
Projeto sobre patrimônio genético chega ao Congresso. Ricardo Della Coletta e Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo, Geral. 24/06/2014	16
Ex-aliado de Campos, Ciro Gomes diz ter 'nojo' e 'pavor' do discurso de Marina. RanierBragon – Folha de São Paulo, Poder. 24/06/2014	16
OEA recebe pedido de investigação de responsáveis pela morte de Sem Terra – Site do MST. 25/06/2014.....	17
Economia do Norte amadurece, mas grandes distâncias são empecilhos. Mauro Thury de Vieira Sá – Folha de São Paulo, Mercado. 25/06/2014	18
Fila de navios para embarcar açúcar sobe para 39 na última semana. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2014	20
Prisão de líder do MST em Marabá é afronta aos movimentos sociais – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/06/2013.....	20

Pistoleiro que matou o quilombola Flaviano Pinto no Maranhão foi solto na última semana – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 30/06/2014..... 21

Assentados inauguram Centro de Comércio da Agricultura Familiar entre João Pessoa e Campina Grande – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2014

Quem está na estrada entre João Pessoa e Campina Grande tem agora uma boa opção para fazer uma parada com sombra, banheiros e produtos saudáveis da reforma agrária para levar para casa ou para um lanche. É que a Cooperativa dos Produtores Nordestinos da Agricultura Familiar (CPNAF), que reúne 32 assentamentos de oito municípios paraibanos, inaugurou, no último sábado (31), o Centro de Comércio da Agricultura Familiar (CCAF), no assentamento Canudos, a 23 quilômetros de João Pessoa.

Diariamente, os visitantes podem encontrar nos 30 boxes frutas, legumes, hortaliças, carne de galinha, de bode e de peixe, mel de abelha, flores, queijo, bolos, doces, tapioca, comidas típicas (pamonha e canjica), caldo de cana, água de coco e sucos. Além de peças de artesanato, como panos de prato, também serão comercializados pífanos (uma pequena flauta transversal, aguda, similar a um flautim, mas com um timbre mais intenso e estridente), fabricados por agricultores do Assentamento Canudos.

Localizado estrategicamente no município de Cruz do Espírito Santo, às margens da BR 230, que liga a capital paraibana a segunda maior cidade do estado, o novo espaço de comercialização vai funcionar diariamente, das 6 às 18 horas, e possui 700 metros quadrados, banheiros e estacionamento. A região, no Território da Cidadania Zona da Mata Norte, é a que mais reúne assentamentos da reforma agrária na Paraíba.

Ótima Surpresa

Para a arquiteta Cátia Avelar, que seguia, a trabalho, de Recife (PE), onde mora, para Campina Grande, o centro de comercialização foi uma ótima surpresa. "Quando passamos vi na faixa que era da agricultura familiar. Então, resolvemos dar marcha à ré e parar para lanchar e fazer compras", disse, ao lado da máquina de moer cana-de-açúcar, mostrando a sacola com quiabo, berinjela e milho verde.

O presidente da cooperativa CPNAF, Deneh Carter Pereira da Silva, explicou que a ideia de aproveitar uma área do Assentamento Canudos para a construção de um centro de comercialização só virou realidade com as parcerias com o Governo da Paraíba através do Projeto Cooperar, com recursos de R\$ 66 mil, e do Empreender-PB, que liberou R\$ 40 mil para atender, inicialmente, 20 famílias assentadas que comercializam no CCAF com R\$ 2 mil cada uma. O crédito servirá para melhorias nos lotes dos assentados para aumentar e garantir a produção de alimentos em todas as épocas do ano.

A estrutura do Centro de Comércio da Agricultura Familiar ainda está sendo finalizada. Estão em fase de conclusão as obras de dois banheiros, de três boxes para açougue e de uma lanchonete, que oferecerá sucos feitos na hora, lanches e comidas típicas.

"Queremos dobrar a área dos boxes e procurar outros assentamentos para fortalecer a cooperativa e o centro de comercialização", afirmou, Deneh da Silva, acrescentando que a inauguração do espaço é a realização do sonho de dar oportunidade aos assentados que produziam mas não tinham onde vender sua produção.

Renda

Jailton José da Silva, 27 anos, e Paulo Germano Felipe, 37, do Assentamento Novo Taipu, em São Miguel do Taipu, a cerca de 55 quilômetros de João Pessoa, levaram macaxeira, couve, berinjela, coentro, quiabo e maxixe para a barraca – uma das quatro ocupadas pelas famílias do assentamento. "Acredito que vamos vender muito e melhorar nossa renda. Antes a gente não tinha a quem vender", disse Jailton José.

"Hoje tenho onde vender e a preço justo. Não preciso mais de atravessador", afirmou Paulo Germano. O assentado também vende sua produção na Feira de Alimentos Orgânicos, que acontece no início da manhã dos sábados no estacionamento do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs), em João Pessoa. Segundo ele, sua vida mudou 100% depois que o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae-PB) deu um curso de produção orgânica às 60 famílias do assentamento, há dois anos.

"Sou assentado há 16 anos e sempre disse que o entrave da agricultura familiar é a comercialização", afirmou Manuel Guilhermino, também do Assentamento Novo Taipu, responsável pelo caldo de cana feito na hora.

Participaram da solenidade de inauguração, realizada às 16 horas, o chefe da administração do Incra/PB, José Antônio Queiroz, o secretário estadual de desenvolvimento da agropecuária e da pesca, Agamenon Vieira da Silva, o coordenador geral do Projeto Cooperar, Roberto Vital, e o secretário-executivo do Empreender-PB, Eduardo Moraes – ambos do Governo do Estado.

Congresso promulga emenda do trabalho escravo. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2014

O Congresso promulgou nesta quinta-feira (5) a emenda constitucional que determina a expropriação de terras que mantiverem trabalhadores em regime análogo ao de escravidão.

Com a nova lei, as terras desapropriadas devem ser destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular –sem indenizações ao proprietários.

As mudanças, porém, só vão entrar em vigor em definitivo depois que o Congresso aprovar outro projeto que vai regulamentar a emenda.

A proposta terá que definir o que é trabalho escravo, assim como o modelo de desapropriação das terras onde a prática for identificada.

TIPIFICAÇÕES

Senadores querem retirar do projeto as "jornadas exaustivas" e "trabalho degradante" como parte da tipificação de trabalho escravo, mas o governo federal é contra a mudança.

O Código Penal tipifica o trabalho escravo incluindo essas duas categorias, além de atividade forçada ou que impeça o direito de ir e vir ao trabalhador.

"Essas quatro caracterizações já estão na lei. Não tem cabimento você regulamentar um instrumento econômico tão importante que é o da expropriação da propriedade que tem trabalho escravo, retrocedendo nos conceitos", disse a ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos).

Relator do projeto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) quer retirar as duas tipificações com o argumento de que não podem ser enquadradas como trabalho escravo.

"São interpretações muito subjetivas, não podemos deixar nada em aberto para permitir que um fiscal confisque a propriedade de alguém sem regras claras. Muitos trabalhadores cumprem jornadas exaustivas, mas isso não é necessariamente trabalho escravo", disse.

LEGISLAÇÃO

A PEC (proposta de emenda constitucional) do trabalho escravo tramitou por 15 anos no Legislativo antes de ser promulgada. Ela entra em vigor de imediato, sem a chance de vetos.

Além da desapropriação das terras, a emenda impõe o confisco de "todo e qualquer bem de valor econômico" que seja encontrado na propriedade, que deve ser revertido a um fundo especial a ser regulamentado por lei.

A expropriação também não retira eventuais sanções legais a serem aplicadas ao titular da terra.

A Constituição já prevê a expropriação de terras onde forem encontradas plantações ilegais de drogas psicotrópicas. A emenda estende a mesma regra às localidades onde houver trabalho escravo.

APOIO

Artistas contrários ao trabalho escravo e congressistas participaram da sessão para promulgação da PEC, como a cantora Alcione e a atriz Letícia Sabatella.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), citou dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para afirmar que há pelo menos 20 milhões de pessoas submetidas ao trabalho forçado em todo o mundo —90% desse total na iniciativa privada.

"Esses dados muito mais nos envergonham sabendo que o trabalho forçado afeta a camada da população mais carente, mais pobre, mais necessitada, mais vulnerável e que mais deveria estar sob a proteção do estado. Entre esses, os mais atingidos são as mulheres, os migrantes menos qualificados, as crianças e os indígenas", disse Renan.

RURALISTAS

A bancada ruralista do Congresso, que foi contrária à aprovação da emenda, defende que a expropriação ocorra somente depois que as fazendas cujas acusações de trabalho escravo já tenham transitado em julgado —ou seja, que tenham decisão definitiva na Justiça.

O grupo teme que a expropriação ocorra por determinação de um fiscal do trabalho, mesmo sem a conclusão do processo.

Segundo Ideli, a regulamentação da emenda vai determinar que as expropriações só ocorram após decisões judiciais.

"Ninguém vai ter a propriedade expropriada automaticamente. Vai ter processo, direito de defesa, e depois de decisão judicial a decisão será tomada", afirmou.

Criada a Articulação Nacional de Quilombos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/06/2014

Depois de um encontro realizado no final do mês de maio, na cidade de Planaltina (DF), foi criada a Articulação Nacional de Quilombos. Veja abaixo a Carta Final do Encontro e as propostas do grupo.

Aos irmãos e irmãs quilombolas

Nós quilombolas de várias comunidades do Brasil, reunidos em Planaltina – DF, nos dias 26 a 29 e maio de 2014, com o Axé dos nossos Ancestrais os saudamos. Esse Encontro Nacional foi preparado e vivenciado por nós como importante espaço-tempo de consolidação da nossa organização para a luta em defesa e conquistas dos nossos territórios, como desejaram e lutaram desde sempre nossos guerreiros e nossas guerreiras.

Marchamos nas ruas para denunciar a política executada pelo poder executivo que inviabiliza as titulações de territórios pelo INCRA; marchamos contra PEC 215/2000 que pretende transferir para o Legislativo a titulação dos territórios quilombolas e dos povos originários; marchamos contra as Ações Judiciais, sobretudo a ADI 3239/2004, proposta pelo DEM contra as comunidades quilombolas.

Solidarizamos-nos com os presos políticos da comunidade quilombola Brejo dos Crioulos/ MG e do povo Kaingang / RS.

“... Eu vim aqui foi meu Pai quem me mandou...”.

Ao som dos nossos tambores pedimos licença à nossa Ancestralidade para nos abraçarmos e partilharmos nossas lutas e conquistas. Ouvimos com o coração a indignação de irmãos e irmãs: o grito das periferias contra o crime organizado e contra as forças policiais e milicianas; o enfrentamento ao latifúndio e aos jagunços; a luta contra os grandes projetos de infraestrutura que privatizam e destroem as bondades da mãe-natureza; a postura racista do poder judiciário ao determinar o despejo de nossos territórios, com raras e honrosas exceções; o comprometimento dos governos e dos legisladores federais, estaduais e municipais com os grandes projetos agrícolas, hídricos, energéticos, miradores e de infraestrutura que ameaçam nossas vidas.

Também ouvimos e testemunhamos a organização para a luta como sinais de um novo tempo. Como em tempos passados ouvimos relatos de rebeldia diante do autoritarismo do Estado Brasileiro, em suas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário. As palavras dos mais velhos, como formão de ouro, gravaram em nossos corações a determinação de não sairmos, sob qualquer tipo de ameaça, dos nossos territórios.

Assim disseram: “nem mortos sairemos do chão onde viveram nossos antepassados, onde vivemos e onde viverão nossos descendentes”.

Diga ao Povo que Avance. Avançaremos!

Diante dessa situação decidimos consolidar uma nova Organização das Comunidades Quilombolas – a Articulação Nacional de Quilombos – independente do Estado, governos e partidos, para mobilizar e articular a defesa dos Direitos Fundamentais e a construção de um novo projeto político para a nação que reflita a diversidade étnico/racial e de gênero; que estabeleça estrategicamente parcerias e alianças com os povos originários, outras comunidades tradicionais, com a classe trabalhadora em luta, Organizações do Movimento Popular, Movimento Negro, populações de periferias e Organizações de apoio à luta dos povos.

Deliberamos como nossas bandeiras: 1) Intensificar os Processos de Mobilização, Articulação e Formação das comunidades quilombolas nos estados/regiões; 2) Intensificar as Retomadas dos Territórios das Comunidades Quilombolas e apoiar a retomada dos Territórios dos Povos Originários; 3) Combater a PEC 215; combater a Regulamentação da Convenção 169/OIT e ADI 3239/2004, como instrumentos da política de extermínio da elite latifundiária brasileira; 4) Em parceria com outras organizações construir a campanha permanente contra o genocídio do povo negro.

Por último convocamos todos os lutadores e lutadoras para nos unirmos nessa luta política e organizativa em defesa da vida do nosso povo contra a infâmia do racismo.

Projeto oferece 23 roteiros para incentivar turismo rural no país. LiviaScatena – Folha de São Paulo, Turismo. 12/06/2014

Uma iniciativa do governo federal quer aproximar turistas e produtores rurais e, assim, valorizar a agricultura familiar e o ecoturismo no interior do país.

O projeto "Talentos do Brasil Rural", uma parceria dos ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário com o Sebrae, identificou empreendimentos rurais onde os visitantes conseguem ver de perto a produção agrícola feita, em sua maioria, por famílias.

Os roteiros incluem visitas a produtores de hortaliças e de artesanato, a vinícolas e também a locais que, tradicionalmente, atraem visitantes, como cachoeiras.

A iniciativa montou 23 roteiros turísticos em 54 municípios brasileiros (cerca de 400 empreendimentos foram selecionados pelo programa), todos nas proximidades das cidades-sede da Copa.

Os itinerários foram preparados para que pudessem receber turistas no período do Mundial.

Tucorin, no Amazonas, é um dos destinos que receberam consultoria e treinamento do programa.

No baixo rio Negro, os turistas podem optar por roteiros de dois, três ou quatro dias. Conhecem a vida da população ribeirinha, fazem trilhas na mata, participam de rituais indígenas, dormem em redes e aprendem a fazer farinha de mandioca.

O único roteiro do Estado de São Paulo explora, em dois dias, a produção agrícola e as atrações de Socorro (a 134 km da capital). Entre as atividades oferecidas estão pesca esportiva e visitas a um laticínio e a uma produtora de cachaça –nos dois locais, o visitante acompanha a produção.

Funai diz que não houve violência em ocupação na Vale. André Magnabosco e Clarissa Thomé – O Estado de São Paulo, Economia. 15/06/2014

A ocupação feita por aproximadamente 400 indígenas do povo Xikrin do Cateté a uma unidade da mineradora Vale em Onça Puma, Ourilândia do Norte (PA), terminou sem qualquer situação de violência, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Cinquenta empregados da Vale estavam retidos na unidade de extração de níquel da empresa desde a manhã da última quinta-feira e foram liberados apenas ontem à noite, por volta das 21 horas.

Em nota à imprensa, a Funai confirmou que as tratativas entre a Vale e os indígenas recomeçarão nesta semana. Os indígenas pressionam por mudanças na proposta de acordo financeiro que está sendo negociada entre a mineradora, a Funai e o Ministério Público Federal (MPF). Eles querem que os recursos negociados sejam repassados para custeio das aldeias, e que haja verba adicional para projetos. O acordo prevê que os valores repassados sejam divididos entre custeio e projetos. Atualmente, as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano.

Após bloquearem a portaria da unidade e ameaçarem atear fogo no local, a Vale acionou a Funai, o MPF e a Polícia Militar para resolver a situação dos empregados mantidos na unidade.

Em nota, a mineradora informou que continua em tratativas com os povos indígenas. "A empresa esclarece que já está sendo dado o devido encaminhamento para as questões acordadas com as demais comunidades indígenas da região e reitera seu respeito aos povos indígenas, bem como permanece aberta à busca de soluções para continuidade do bom relacionamento com as comunidades das regiões onde mantém operações", destacou a companhia. "Porém, repudiamos qualquer forma de violência que ponha em risco a vida e a segurança de nossos empregados", complementou a Vale.

A unidade de Onça Puma entrou em atividade em 2008. A produção de ferro-níquel chegou a ser interrompida para reconstrução de um dos fornos onde o metal é produzido. A obra de modernização de subsistemas foi concluída em novembro. A previsão é de que a unidade produza, em 2014, 15 mil toneladas de níquel.

Dilma cumprimenta Santos por sua 'espetacular vitória' na Colômbia. Reuters – O Estado de São Paulo, Geral. 16/06/2014

A presidente Dilma Rousseff telefonou nesta segunda-feira para cumprimentar o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, pela sua reeleição, dizendo que a

sociedade colombiana fez uma opção muito clara pela paz, afirmou a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

Dilma ligou às 17h30 para cumprimentar Santos pela "espetacular vitória" e pela sua insistência em encontrar uma saída negociada para o conflito colombiano.

A presidente afirmou, ainda segundo o Planalto, que esse é o objetivo de todos os sul-americanos. No fim da ligação, Dilma disse ter certeza de que a Colômbia logo poderá aplicar toda a sua energia para o desenvolvimento social e econômico.

Santos agradeceu o telefonema, disse que sempre teve Dilma como uma grande aliada e que o Brasil poderá contar com a Colômbia e com ele pessoalmente como um país-amigo, de acordo com a Presidência.

Santos, de centro-direita, foi reeleito no segundo turno das eleições presidenciais de domingo com quase 51 por cento dos votos, enquanto seu rival, o ex-ministro da Fazenda Oscar Iván Zuluaga, de direita, ficou com 45 por cento.

O governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que ganharam força a partir de um movimento camponês em busca de reforma agrária, estão em negociação desde 2012 para tentar acabar com uma guerra interna que já matou 220 mil pessoas.

Zuluaga se opõe duramente às conversações de paz.

Relatório aponta graves violações de direitos indígenas no Mato Grosso do Sul – Site do MST. 17/06/2014

Da Página do MST

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação divulgou nesta segunda-feira (16) o relatório “Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul”.

O documento destaca a situação de vulnerabilidade vivida pelos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Estado, como resultado de uma missão de investigação realizada pela Relatoria nos dias 13 a 17 de agosto de 2013.

Desde 2006 a Relatoria monitora o caso, quando realizou missão à região para averiguar diversas violações. A gravidade das situações vividas se desencadeou na relatoria em três casos específicos: a do jovem Guarani Kaiowá de apenas 15 anos, Denilson Barbosa, assassinado na área em litígio pelo fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves; o da liderança Kaiowá Damiana Cavana, ameaçada de morte; e o conflito da aldeia Ita'y, quando o policial militar Arnaldo Alves Ferreira invadiu o território indígena com revólver e facão e disparou seis tiros, um deles acertando um indígena na orelha.

Os estudos apontam que a situação dos indígenas no Estado é gritante no campo dos direitos humanos. A negação do acesso ao território implica diversos outros problemas, como a ausência de acesso a alimentação adequada, moradia, além de gerar um contexto de violência e segregação social.

Biologia sintética chega às prateleiras. Stephanie Strom – Folha de São Paulo, Ciência. 17/06/2014

Um detergente líquido para lavar roupas da Ecover, empresa belga, contém um óleo produzido por algas cujo código genético foi alterado com a aplicação da biologia sintética. A sequência de DNA da alga foi alterada em laboratório, segundo Tom Domen, gerente da Ecover. A empresa classifica o óleo à base de algas como um substituto "natural" para o óleo de palmiste.

A biologia sintética, destinada originalmente à produção de biocombustíveis, existe há 20 anos, mas só recentemente passou a ser usada em segmentos como cosméticos, sabores e fragrâncias.

A Unilever anunciou pouco tempo atrás que estava usando óleo de algas de uma empresa chamada Solazyme na composição do seu popular sabonete Lux. Mas, em um exemplo de como as empresas podem estar receosas em divulgar o uso da biologia sintética, não está claro se o óleo no Lux foi criado a partir de um processo sintético.

A Solazyme aponta o uso de substâncias como o coalho, empregado também na fabricação de queijos e que requer uma enzima chamada quimosina. Os estômagos de bezerros eram normalmente utilizados para a obtenção dessa enzima. Mas, desde o final dos anos 1990, a quimosina tem sido gerada por um micróbio cujo código genético foi alterado com a inserção de um gene bovino. Esse processo é o mais utilizado nos EUA.

Mas a biologia sintética envolve técnicas que alteram o código genético de forma mais ampla. Entre elas, a "síntese de genes artificial" -na qual o DNA é criado em computadores e inserido em organismos- e outros métodos de mudança das sequências de DNA e dos genes para alterar suas funções. Tais técnicas são usadas para induzir bactérias, fungos e outros organismos a produzir substâncias que eles normalmente não produzem.

De acordo com o ETC Group, organização que estuda novas tecnologias, a Ecover é a única companhia que confirma publicamente o uso da biologia sintética para criar um ingrediente de um produto específico, seu detergente Ecover Natural LaundryLiquid.

A Ecover compra o óleo de algas da Solazyme, que antes se apresentava como uma empresa de biologia sintética, mas retirou o termo de seu site.

A Solazyme descreve o organismo que produz o óleo como "uma cepa otimizada" de algas unicelulares "que existem há mais tempo do que nós".

"Usamos a biologia molecular e a fermentação industrial para produzir óleos de algas renováveis e sustentáveis, que ajudam a aliviar a pressão sobre os frágeis ecossistemas próximos à linha do equador", disse Jill Johnson, diretor de sustentabilidade da empresa.

Ambientalistas e grupos de consumidores, no entanto, querem que a Ecover informe o uso da biologia sintética em seu novo óleo. Os grupos reconhecem que o óleo Solazyme em si não contém ingredientes geneticamente modificados no significado convencional do termo. Na verdade, o organismo que produz o óleo é que foi alterado geneticamente.

Mas eles argumentam que etiquetar produtos que contêm tais ingredientes como "naturais" dá uma falsa impressão.

Atualmente, esse mercado está desregulado. Um comitê científico da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU deve discutir esse florescente campo científico e as potenciais implicações regulatórias em um encontro neste mês.

Domen disse que já houve um debate interno sobre o uso do óleo de algas, mas que os benefícios ambientais se sobrepõem às preocupações sobre qualquer reação negativa dos consumidores.

A Ecover diz que está trabalhando "para identificar a melhor forma de passar essa informação" na rotulagem de seu detergente.

Norma estabelece diretrizes de registro de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 18/06/2014

Mapa, Anvisa e Ibama são os responsáveis pela criação e publicação da instrução normativa

Foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (18) a Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 1 que estabelece as diretrizes e exigências para o registro dos agrotóxicos, seus componentes e afins para culturas com suporte fitossanitário insuficiente (cultura para as quais existe falta ou número reduzido de agrotóxicos), bem como o limite máximo de resíduos permitido. A INC revoga a INC nº 1, de 23 de fevereiro de 2010. O destaque da instrução é que, a partir de agora, as alterações do anexo I da norma, que dispõe sobre o agrupamento de culturas, poderá ser julgado e avaliado pelo Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos e Afins (CTA), sendo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) o responsável pela publicação do novo anexo. “Não será mais necessário republicar a norma para alterar o anexo I”, comentou o coordenador-geral de Agrotóxico e Afins, Júlio Britto.

Além disso, a norma sofreu alterações no agrupamento de culturas para adequar a extrapolação do Limite Máximo de Resíduos (LMR), de acordo com as características agronômicas, botânicas e alimentares de cada cultura.

Esta INC é iniciativa da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em dia de jogo da Colômbia, Dilma recebe presidente Juan Manuel Santos. Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Poder. 19/06/2014

A presidente Dilma Rousseff tem um encontro na manhã desta quinta-feira (19) com o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, que foi reeleito no último domingo (15) para um novo mandato, com 50% dos votos, contra 45% de Óscar Ivan Zuluaga.

O resultado representou uma dura derrota para o ex-presidente Álvaro Uribe, que apadrinhava a candidatura de Zuluaga e esperava voltar a influenciar a política nacional com a vitória deste.

Santos chegou pouco depois das 8h30 ao Palácio da Alvorada, residência oficial da presidente. Após o café da manhã, o presidente colombiano assistirá ao jogo da Colômbia.

Nesta quinta, às 13h, a seleção comandada por José Pekerman enfrenta a Costa do Marfim na capital federal e disputa a liderança do Grupo C. A vitória por 3 a 0 sobre a Grécia na estreia colocou a Colômbia na liderança do grupo.

Segundo o Itamaraty, entre os temas na agenda estão o "fortalecimento da integração da América do Sul" e questões bilaterais, como "a cooperação em desenvolvimento rural e agronegócio". No ano passado, o comércio entre os países chegou a um montante de US\$ 4,2 bilhões.

39 anos da CPT - Defensora incondicional da Vida e dos Camponeses e Camponesas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2014

Em 22 de junho de 1975, num encontro de Bispos e prelados da Amazônia, decidiu-se criar uma comissão para interligar, assessorar e dinamizar os trabalhos das prelaças e dioceses junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Estava criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

A CPT surgiu fruto da indignação, diante da violação dos direitos de povos indígenas e de comunidades de posseiros e da exploração do trabalho de milhares de trabalhadores submetidos a condições semelhantes à de escravos.

“Ontem, 22 de junho fez 39 anos que nasceu oficialmente a CPT - Comissão Pastoral da Terra. Oficialmente, porque já havia brotado nos corações de muitos e muitas que sonhavam em ter uma comunidade ativa, comprometida com a causa nobre dos homens e mulheres do campo. Não bem vista em casa pela maioria dos seus responsáveis institucionalmente, e odiada fora, pelos latifúndios é claro, como bem diz Dom Pedro Casaldáliga, um dos seus fundadores. Certamente podemos afirmar: quantos feitos pela vida! Tendo como prioridade o camponês, a camponesa e seu habitat, seus biomas, sua cultura, seus territórios encantados.

Celebrar 39 anos da CPT é fazer memória de centenas de camponeses e camponesas, que na esperança de conquistar e defender seu pedacinho de chão, foram tombados cruelmente pela ganância dos malfeitores que habitam na terra.

Celebrar 39 anos é agradecer pela vida de tantas lideranças consagradas e abençoadas por Deus, os que já partiram e os que permanecem como: Pedro, Tomás, Vital, Josimo, João, Margarida, Justino, Conceição, José Gomes, Adelaide, Mauro, Moreira, Luiz, Enemésio, e quantos e quantas dessa fileira quase que sem fim.

Celebrar 39 anos é rogar ao Deus da Vida que continue animado aos agentes de pastoral que acreditam na importância da CPT e vivenciam sua missão nos tempos difíceis de hoje.

Parabéns nossa CPT pela defesa incondicional da Terra livre e das vidas que nela habitam!”.

Juvenal Rocha - Agente da CPT Paraná.

“Companheirada,

Paz e bem!

Há 39 anos nascia a CPT - Comissão Pastoral da Terra. Neste dia 22 de junho nascia uma pastoral sem fronteiras, preocupada com o posseiro, aquele não tinha voz e nem vez. Aqueles e aquelas por quem ninguém olhava.

É momento rico da CPT celebrar, agradecer pela vida de tantas lideranças consagradas e abençoadas por Deus, os que já partiram e os que permanecem. Roguemos ao Deus da Vida que nos anime na batalha cotidiana da defesa da Vida hoje e sempre. Que o Espírito Santo nos dê coragem para continuar a peleja iniciada há 39 anos, que possamos ser firmes na fé, denunciando as injustiças e anunciando a Boa Nova de Jesus, para que todos tenham a Vida com fartura na mesa e alegria no coração.

Viva a CPT e todos aqueles e aquelas que abraçam essa causa na defesa da Vida, assumindo seu batismo.

Parabéns a CPT, parabéns aqueles e aquelas que junto com camponeses(as), trabalhadores e Trabalhadoras Rurais lutam por melhorias dignas no campo”.

Reinaldo Barberine – CPT Minas Gerais

“Pax et Bonum!

Na celebração de ontem, 22/6, na nossa comunidade São Francisco de Assis (PA), lembrei e rezei pela CPT e por todos que fazem parte desta pastoral; fazendo memória de dom Tomás Balduino, Dorothy Stang e tantos leigos e leigas, bispos e religiosos que cumpriram sua missão terrena e doaram suas vidas por justiça, reforma agrária, cidadania e vida plena para todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

PAZ na Terra.

PAZ para a Terra.

PAZ para os filhos e as filhas da Mãe Terra”.

Toninho Ribeiro - Comunidade São Francisco de Assis

BR 230 - Rodovia Transamazônica - Pacajá – CPT Pará

“Nossa querida CPT - 39 anos de bela existência!!! Bela justamente por se fazer solidária, companheira de luta dos camponeses e camponesas do Brasil. Luta justa, digna, evangélica, por terra e território, por água, por direitos, por vida. Casa de tanta

gente bonita, que não teme a perseguição, que tem consciência de sua missão e que, mesmo diante de tanta dificuldade, insiste em acreditar na esperança, na resistência, na memória de Jesus de Nazaré e de tantos companheiros e companheiras. Sou feliz por fazer parte desta história, enquanto eu existir e enquanto existir a CPT. ‘Luta sem festa, derrota na certa. Festa sem luta, vitória falsa’ (Carlos Mesters). Nossa festa hoje é verdadeira, porque é a festa da luta!’”.

Thiago Valentim – CPT Ceará

Lideranças do povo Kaingang são libertadas no RS depois de decisão liminar do STJ – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/06/2014

Cinco lideranças indígenas do povo Kaingang da Terra Indígena Kandóia, município de Faxinalzinho, Rio Grande do Sul que, injustamente, acabaram sendo presas no último dia 9 de maio pela Polícia Federal, foram libertadas neste domingo, 22. Deoclides de Paula, Celinho de Oliveira, Daniel Rodrigues Fortes, Nelson Reco de Oliveira e Romildo de Paula já estão na aldeia. Confira Nota do CIMI.

(CIMI e foto Carlos Latuff)

A libertação ocorreu em função de uma decisão liminar concedida pelo ministro Rogério Schietti Cruz do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na noite de sexta-feira, 20. A decisão do ministro atende pedido de liminar apresentado em habeas corpus impetrado pelos advogados de defesa das lideranças indígenas e caça a prisão temporária das lideranças que estavam no Presídio Estadual do Jacuí, em Charqueadas (RS).

O STJ, então, restabelece a justiça no caso, uma vez que não há provas que incriminem as lideranças Kaingang acusadas pelo delegado da Polícia Federal de Passo Fundo, Mário Vieira, responsável pelo inquérito, pelos assassinatos de dois agricultores. O delegado, até o momento, não disponibilizou o inteiro teor do inquérito aos advogados de defesa dos indígenas.

Em dia 17 de junho, Onir Araújo, um dos advogados defensores dos indígenas, esteve na sede da Polícia Federal em Passo Fundo e requisitou cópia do inquérito. Mais uma vez foi negado. A alegação era de que “dr. Mário Vieira estava em missão” e regressaria ao município somente no início da segunda quinzena do mês de julho. Com isso, o direito de defesa das lideranças indígenas está prejudicado.

Os Kaingang de Kandóia presos consideram que a decisão do STJ poderá restabelecer a sensatez, a isenção e a serenidade nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e que, a partir da conclusão do inquérito e da intervenção do Ministério Público Federal se consiga, no âmbito do Poder Judiciário, chegar a uma conclusão justa acerca dos conflitos que envolveram agricultores de Faxinalzinho e indígenas.

Além disso, as lideranças avaliam que é urgente a atuação do Ministério da Justiça na região norte do Rio Grande do Sul, no sentido de concluir os procedimentos de demarcações das terras, que se encontram paralisados, e com isso evitar tensões e injustiças contra a comunidade de Kandóia.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), juntamente com outros movimentos e entidades de defesa dos direitos humanos, se manterá atento e acompanhando o transcorrer das investigações deste caso, bem como denunciará as violações aos direitos indígenas e a criminalização de lideranças que lutam pela demarcação de suas terras.

Projeto sobre patrimônio genético chega ao Congresso. Ricardo Della Coletta e Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo, Geral. 24/06/2014

O projeto de lei que regulariza o uso do patrimônio genético brasileiro chegou nesta terça-feira, 24, ao Congresso Nacional e deverá ser analisado pela Câmara dos Deputados em até 45 dias. O prazo ocorre porque a presidente Dilma Rousseff encaminhou a proposta com urgência constitucional. Caso ela não seja votada nesse período, a pauta da Casa ficará trancada, mas a data exata para isso ocorrer depende da votação ou não da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano até o início do recesso parlamentar. Depois da Câmara, o projeto seguirá para análise do Senado, o que também deverá ser feito em 45 dias. Ao enviar a proposta, o Palácio do Planalto dá uma sinalização à indústria, uma vez que o tema consta de uma pauta defendida por de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O objetivo do texto é facilitar a pesquisa que usa a biodiversidade brasileira e também garantir que o conhecimento vindo do patrimônio do País se reverta efetivamente em recursos. Pela redação proposta, produtos resultantes de pesquisas usando a biodiversidade brasileira terão que pagar, como repartição de benefícios, 1% da receita líquida resultante da sua comercialização. A legislação atual é de 2001. Hoje, para iniciar qualquer pesquisa é necessário pedir autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Antes mesmo de ter um produto é necessário fazer o registro da Repartição de Benefícios, o instrumento legal que prevê o retorno financeiro para as comunidades e para o País de parte dos lucros auferidos com o resultado da pesquisa, mesmo que não haja um.

A nova lei prevê que, para começar uma pesquisa que envolva diversidade ou comunidades tradicionais, o pesquisador precisará fazer um cadastro no CGEN. Autorizações só serão necessárias se ele quiser entrar em áreas de proteção federal, como parques protegidos ou áreas indígenas. O governo alega que a normativa atual precisa ser "revista e ajustada". "A legislação tem se mostrado pouco efetiva em função de um conjunto de restrições sobre o acesso, que, por sua vez, vem resultando em um regime insatisfatório para a repartição de benefícios decorrente do uso desse patrimônio ambiental e social", argumentam na exposição de motivos enviada ao Congresso os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da Ciência e Tecnologia, Clélio Campolina, e do Desenvolvimento, Mauro Borges.

"Consideramos que é premente alcançar um marco legal que assegure o efetivo cumprimento dos compromissos relativos à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à repartição de benefícios. A facilitação da pesquisa para academia, indústria e demais setores é fundamental", finalizam os ministros.

Ex-aliado de Campos, Ciro Gomes diz ter 'nojo' e 'pavor' do discurso de Marina. RanierBragon – Folha de São Paulo, Poder. 24/06/2014

Ex-correligionário do pré-candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB), o ex-ministro Ciro Gomes, hoje no Pros, afirmou nesta terça-feira (24) ter 'nojo' e 'pavor' do discurso "simpatiquinho, mas mentiroso" de Marina Silva, candidata a vice na chapa de Campos.

Após o PSB romper com o governo Dilma Rousseff e decidir ter nome próprio ao Palácio do Planalto, Ciro e seu irmão Cid Gomes deixaram o partido e se filiaram ao Pros.

"Tenho pavor de ver a superficialidade irresponsável com que a Marina trata todos os assuntos do Brasil", discursou Ciro durante a convenção do Pros que oficializará o apoio à reeleição de Dilma.

"Diante de uma admiração de importante pedaço da sociedade brasileira, os artistas, os intelectuais, a Marina desconsidera que o agronegócio brasileiro paga a conta do nosso país. Tenho nojo desse tipo de discurso, que é 'simpatiquinho', mas é mentira", completou.

Ligada à área ambiental, Marina é vista por setores do agronegócio como adversária de seus interesses. A convenção do Pros está sendo realizada no auditório Petrônio Portela, no Senado.

OEA recebe pedido de investigação de responsáveis pela morte de Sem Terra – Site do MST. 25/06/2014

Do Terra de Direitos

Os 21 anos de impunidade para os culpados pelo assassinato do agricultor sem terra Bento da Silva, o Teixeira, são tema de denúncia feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, organismo da Organização dos Estados Americanos – OEA. Na denúncia, a Comissão Pastoral da Terra do Paraná – CPT e a Terra de Direitos pedem a investigação e punição de policiais militares autores do crime.

Teixeira, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, foi morto a tiros pela Polícia Militar do Paraná, com atos de tortura e ameaça a um familiar na vítima, em uma ocupação no município de Campo Bonito/PR. O caso ganhou repercussão internacional e levou o Estado do Paraná a receber condenação da OEA por encobrimento dos fatos, por meio do prolongamento de investigações ineficazes por mais de sete anos.

A denúncia do crime chegou oficialmente à Comarca de Guaraniaçu apenas em novembro de 2011, quando o Ministério Público do Estado do Paraná acusou formalmente 14 policiais militares pelo crime. Apesar das provas do assassinato e indícios suficientes de autoria dos policiais militares, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR determinou o arquivamento da ação penal, sob o fundamento de que a Justiça Militar já havia reconhecido a inocência dos acusados.

O Ministério Público do Estado do Paraná apresentou denúncia criminal em desfavor dos policiais acusados, entendendo que agiram mediante acordo prévio para assassinar o agricultor. O MP afirmou também que o assassinato ocorreu de forma a inviabilizar a

defesa da vítima, que já havia se entregado à polícia, e que a ação se deu por meio cruel e motivada por vingança. O crime ocorreu cinco dias após um conflito em que policiais fortemente armados, à paisana, a serviço de um madeireiro da região, investiram contra trabalhadores sem terra. No conflito, três policiais foram mortos. A denúncia contra os trabalhadores rurais saiu 30 dias após os fatos, enquanto, na Justiça comum, a acusação contra os policiais que assassinaram Teixeira só ocorreu 18 anos depois e arquivada em 2012.

Estado impune

Esta não é a primeira situação em que o TJPR arquivou ação penal que tramitava na justiça comum e que tinha como réus policiais militares acusados de assassinar um trabalhador rural ligado ao MST.

Antônio Tavares Pereira, agricultor integrante do MST, foi assassinado por policiais em maio de 2000, mas o TJPR arquivou a ação penal intentada sob a justificativa de que a Justiça Militar já havia excluído a responsabilidade do agente do Estado. O Inquérito Militar que investigou o caso havia sido arquivado sob a justificativa de estrito cumprimento do dever legal.

Reparação à família

Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomendou ao Estado do Paraná medidas de reparação aos familiares da vítima. O Estado brasileiro também já foi condenado, em decisão transitada em julgado na justiça interna, a pagar uma reparação financeira à família de Teixeira. Até hoje, nenhuma ação indenizatória foi efetivada.

Contexto de conflitos

A denúncia enviada à OAE cobra medidas para evitar novas situações de violência contra trabalhadores rurais sem terra. O atual contexto de concentração de terras e ameaça aos territórios tradicionais e indígenas é cenário propício para o aumento da violência: em 2012 houve um crescimento de 24% nos assassinatos em relação a 2011 (de 29 para 36), de 51% nas tentativas de assassinato (de 38 para 77) e de 11,2% no número de trabalhadores presos (de 89 para 99), de acordo com o relatório “Conflitos no Campo Brasil”, organizado pela CPT anualmente.

Se em anos anteriores a Região Sul estava entre as regiões onde mais ocorriam casos de violência contra trabalhadores rurais, atualmente os conflitos se concentram na região amazônica: 489 dos 1067 conflitos no campo aconteceram lá, assim como 58,3% dos assassinatos, 84,4% das tentativas de assassinatos, 77,4%

A concentração da terra e a improdutividade aumentaram entre 2003 e 2010, segundo dados do cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Atualmente 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares. Mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários.

Economia do Norte amadurece, mas grandes distâncias são empecilhos. Mauro Thury de Vieira Sá – Folha de São Paulo, Mercado. 25/06/2014

De 1995 a 2010, a região Norte foi aquela cujo PIB mais cresceu em termos reais: 4,7% ao ano. Nesse período, o aumento no PIB brasileiro foi de 3,1%.

O Amazonas, segunda maior economia regional, logrou a maior taxa: 5,4%.

Os demais Estados da Amazônia Ocidental –Rondônia, Acre e Roraima– cresceram 5%, 4,8% e 4,9%, respectivamente. Já Amapá, 5,2% e Tocantins, 5,1%. O Pará, a maior economia do Norte, cresceu menos: 3,7%.

Dos três grandes setores, o Brasil logrou maior taxa média anual na agropecuária, 3,7%. Os serviços aumentaram 3,2%. Já a indústria, apenas 2,2% –dentro da qual a de transformação teve a menor taxa, 1,7%.

Isso contrasta com a região Norte, cuja indústria cresceu 5,7%, puxada pela indústria de transformação. Os serviços cresceram 4,3%, mas a agropecuária só 2,4%.

A expansão concorreu para o Norte ampliar seu peso no PIB do país, de 4,2% em 1995 para 5,3% em 2010.

O avanço da indústria de transformação é notável, quer a ligada ao agronegócio, como em Rondônia, quer a do Polo Industrial de Manaus (PIM), que têm incentivos da Zona Franca de Manaus.

Assim, a região tem se sobressaído em ramos industriais específicos: Pará, na extração de minerais metálicos, e Amazonas, via PIM, no complexo eletrônico, produção de motocicletas, de bebidas etc.

Tais dinâmicas foram engendradas por intervenções governamentais feitas no regime militar. Se, por um lado, ainda concorrem para a expansão regional, por outro o rendimento per capita obtido pelos censos demográficos não aponta para uma equiparação com o país.

Esse hiato não diminuiu entre 1970 e 2010, sinalizando que a região tem gerado cada vez mais PIB, mas os nortistas não vêm se apropriando na mesma medida.

Nos anos 1960 e 1970, havia a ideia de que polos de crescimento permitiriam concentrar recursos em áreas específicas com a irradiação em prol dos arredores.

Irradiar de uma cidade europeia ou da região Sudeste para outras próximas de si é distinto da escala amazônica, caso da Amazônia Ocidental, de longas distâncias e localidades dispersas.

Eis um dos dilemas amazônicos: nas partes mais desmatadas, com cidades mais próximas entre si, podem ocorrer economias de regionalização, um tipo de economia de aglomeração em que uma área central atrai atividades para seus arredores.

Já onde a floresta está preservada, não há como usufruir de economias de regionalização, um empecilho para o desenvolvimento.

Ademais a maioria dos municípios nortistas é especializada na agropecuária –seja o agronegócio dinâmico, seja de subsistência.

Dá outro dilema: de um lado, o avanço da fronteira agrícola pode ameaçar a biodiversidade; de outro, há um conjunto de pessoas –fora dessa fronteira– que vive do setor.

Os desafios e dilemas amazônicos requerem que ciência, tecnologia, inovação e esforços em prol da produção tenham ângulo de visão amplo.

Não basta, por exemplo, promover a aquicultura. Ela deve se inserir em cadeias de valor com apropriação de renda e envolvimento de produtores locais.

De modo geral, a economia nortista precisa ampliar seus encadeamentos, aproveitando economias de escopo, competências locais e, de modo criterioso, recursos naturais.

Não significa abdicar das dinâmicas advindas do século 20, mas de concatená-las com outras que reforcem a apropriação in loco do que é produzido na região.

MAURO THURY DE VIEIRA SÁ é doutor em economia e professor da Universidade Federal do Amazonas.

Fila de navios para embarcar açúcar sobe para 39 na última semana. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2014

SÃO PAULO - O total de navios que aguardam para embarcar açúcar nos portos brasileiros subiu de 36 para 39 na semana encerrada em 25 de junho, de acordo com levantamento feito pela agência marítima Williams Brasil.

Foi agendado o carregamento de 1,47 milhão de toneladas de açúcar, sendo que a maior quantidade será embarcada no Porto de Santos, de onde sairão 1 milhão de toneladas, ou 68% do total. Paranaguá responderá por 25%, com 366,7 mil toneladas, enquanto Maceió por 4% (52,1 mil toneladas) e Recife por 3% (47,7 mil toneladas).

A maior parte do volume a ser exportado é da variedade VHP - açúcar bruto de alta polarização -, com 1,45 milhão de toneladas a granel. O restante será do tipo cristal B-150.

Prisão de líder do MST em Marabá é afronta aos movimentos sociais – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/06/2013

“A forma como se deu a prisão de MOISÉS JORGE e a detenção de três outras lideranças do MST, no último dia 26 do mês corrente, pelo delegado Vítor, da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, deixaram indignados os representantes dos movimentos sociais do sudeste do Pará”, afirma Nota Pública divulgada pela CPT Marabá. Entenda o conflito aqui e leia a Nota na íntegra:

O único mandado que o delegado Vítor apresentou no momento da prisão foi em desfavor de Moisés Jorge, mas foi expedido em 28 de fevereiro passado, em decorrência de acusações de furto de gado por acampados do MST na fazenda Maria Bonita do Grupo Santa Bárbara. Inclusive essa área de conflito fora objeto de um acordo entre o INCRA e o Grupo Santa Bárbara, assinado em Março passado, disponibilizando o imóvel para o assentamento das famílias. O fato é que passaram-se quatro meses sem que o Delegado da DECA demonstrasse qualquer interesse em cumprir a prisão. Caso

tivesse interesse em cumprir a ordem expedida pelo juiz de Curionópolis, não haveria qualquer dificuldade, pois, Moisés é liderança conhecida e sempre esteve presente em várias atividades do MST na região, circulando por Marabá e Eldorado. Nunca se escondeu até porque nem sabia da existência do mandado de prisão.

O que chamou a atenção na prisão é que ela ocorreu no momento em que o MST iniciou novo acampamento na divisa da Fazenda Santa Tereza, do poderoso Fazendeiro Rafael Saldanha, um dos acusados do assassinato de duas lideranças do MST em Parauapebas em 1998. Ademais, a prisão das lideranças foi efetuada na porta do INCRA quando saiam do prédio onde estavam reunidas com a vice presidente nacional do INCRA, justamente para discutirem um possível acordo para a solução do conflito. Não há dúvida que, alguém de dentro do INCRA avisou o delegado do momento em que a reunião se encerraria. Fato este que lembrou os tempos da ditadura, quando o órgão fundiário era usado pela polícia para reprimir os camponeses e favorecer os latifundiários. O Delegado proporcionou um verdadeiro espetáculo no momento da prisão, cercando abruptamente as lideranças do MST, com inúmeros policiais fortemente armados, levando todos para a delegacia quando só existia prisão para um deles.

Desde o início da ocupação na Fazenda Santa Tereza o Delegado tem se negado a ir até o local apurar denúncias feitas pelo MST sobre pistoleiros armados rondando a área e ameaçando as pessoas. Da mesma forma o Ouvidor local do INCRA, até a presente data sequer pisou no local do conflito. Por outro lado, o Delegado tem usado e imprensa para ameaçar as lideranças do MST com indiciamentos e prisões.

A ação do Delegado Vítor é um exemplo da atuação tendenciosa da DECA de Marabá desde que ele assumiu o comando da Delegacia. Nesse período, ele tem dirigido sua atuação para criminalizar os trabalhadores e lideranças que lutam pela Reforma Agrária. Inúmeros inquéritos com pedido de prisões tem sido instaurados contra trabalhadores, indiciando-os como se fossem bandidos e impondo sobre eles dezenas de crimes que sequer são aplicados nos casos de conflitos agrários, como formação de quadrilha, esbulho e outros.

Por outro lado a atuação do Delegado na apuração dos crimes praticados contra os trabalhadores por seguranças de empresas e pistoleiros contratados pelos fazendeiros não tem sido da mesma forma. Na grande maioria dos casos os crimes não são apurados e os criminosos sequer são indiciados. Em relação aos assassinatos de trabalhadores rurais a situação não é diferente. Não há um único pistoleiro ou mandante preso responsáveis pelos últimos assassinatos ou tentativas de assassinatos contra trabalhadores rurais na região. Esses fatos mostram que a DECA está perdendo a razão de sua existência enquanto Delegacia de Conflitos Agrários e se tornando uma Delegacia de repressão aos movimentos que lutam pela Reforma Agrária. Situação que os Movimentos Sociais querem discutir com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo que estará em Marabá nos próximos dias 15 a 17 de julho.

Pistoleiro que matou o quilombola Flaviano Pinto no Maranhão foi solto na última semana – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 30/06/2014

Mais uma decisão oriunda do Poder Judiciário do Maranhão cristaliza a impunidade no meio rural maranhense. Josuel Sabóia, pistoleiro que participou da morte do líder quilombola Flaviano Pinto (foto), em 30 de outubro de 2010, no município de São Vicente Ferrer (MA), foi solto, após decisão da juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, da comarca de São João Batista (MA).

(CPT Maranhão)

O processo criminal que trata da execução da liderança tramita há quase quatro anos e esta é mais uma decisão esdrúxula do Poder Judiciário maranhense em relação ao processo. Anteriormente, o juiz Alexandre Lima remeteu, sem fundamento legal, o processo crime para a Justiça Federal.

Por outro lado, os denunciados como mandantes do crime Manoel Gentil e Tonho de Gentil seguem impunes, assim como agora Josué Sabóia, livres para continuar matando e mandando matar camponeses.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa